

GT: 9 - Cartas Pedagógicas e Educação: um convite aos diálogos multidisciplinares

**ENTRE RIOS E ESPERANÇAS: CARTA PEDAGÓGICA SOBRE EDUCAÇÃO,
MINERAÇÃO E GOVERNANÇA COLABORATIVA NA RECONSTRUÇÃO DOS
TERRITÓRIOS**

Fernanda Góis de Brito¹

Jacks Richard de Paulo²

Governador Valadares, 14 de novembro de 2025.

Queridos(as) educadores(as) e gestores(as),

Escrevo-lhes movida por um sentimento de esperança e responsabilidade compartilhada, inspirada no gesto amoroso e rigoroso com que Paulo Freire tecia suas cartas. Esta escrita nasce da experiência vivida no âmbito do Programa Escola do Rio Doce, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), iniciativa voltada à formação continuada de educadores(as) dos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão. Foi nesse contexto que acompanhei três escolas estaduais de Governador Valadares na elaboração de seus Projetos Pedagógicos Experimentais da Escola (PPEE), construídos como parte do processo formativo. Essa experiência, profundamente coletiva, revelou a potência da escola como espaços de reconstrução social, ambiental e humana. A relevância dessa vivência reside na capacidade de despertar o diálogo sobre a urgência de inserir, nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas (PPP), a temática “Mineração, Rompimento de Barragens e Revitalização da Bacia do Rio Doce”, não apenas como conteúdo, mas

¹ Mestranda, Universidade Federal de Lavras – UFLA, Administração Pública; Especialização em Projeto Político-Pedagógico da Escola com Ênfase em Educação (em formação), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Curso: *Educação e Mineração no Projeto Pedagógico da Escola*. Agência de fomento: Fundação Renova / TTAC; Especialização em Ação Social e Cidadania: Políticas e Projetos Sociais (2004–2005), Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). Pedagoga, Centro Universitário Cidade Verde (UNICV). Filósofa, Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Socióloga, Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE). **fgoisdebrito@gmail.com**

² Professor Associado/Departamento de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Professor Orientador do Curso de Especialização em Projeto Político Pedagógico da Escola com Ênfase em Educação, Mineração, Rompimento e Revitalização da Bacia do Rio Doce. **jacks@ufop.edu.br**

como campo problemático que convoca à consciência crítica, ao cuidado com o território e ao compromisso ético com a vida.

Neste ano de 2025, completam-se dez anos do rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015 e ainda sentimos as consequências sociais, ambientais e humanas. Uma década depois, as feridas do Rio Doce permanecem abertas (algumas visíveis, outras silenciosas) clamando por memória, justiça e políticas públicas que assegurem reparação e prevenção. Ao dirigir esta carta a educadores(as) e gestores(as), busco dialogar com aqueles que constroem cotidianamente práticas de resistência e esperança. É tempo de reafirmar o caráter político da educação e reconhecer que toda prática de gestão é também de ensino. Educar e fortalecer a comunidade para as lutas diárias é semear autonomia, é transformar a pedagogia da esperança em prática cotidiana. Como escreveu Freire (2018), a esperança é concebida como condição para a ação transformadora.

A Bacia do Rio Doce é o símbolo de um desafio coletivo. As águas, antes fonte de vida, tornaram-se lembrança de descuido, mas também de resistência. A vivência relatada é, ao mesmo tempo, empírica e simbólica. A elaboração dos PPEEs mostrou que o Projeto Político Pedagógico, quando construído coletivamente, ganha corpo e propósito, deixando de ser um documento burocrático e se tornando expressão viva da escola e de sua comunidade. Governar, como nos lembram Ansell e Gash (2007), é pensar junto, reunir diferentes vozes em torno de um propósito comum, buscando soluções compartilhadas para problemas complexos. Essa compreensão dialoga profundamente com a pedagogia freireana, onde educar é um ato político e libertador, mediado pelo diálogo, pela participação e pelo compromisso ético com a transformação da realidade. Assim, a gestão pública e o chão da escola tornam-se espaços concretos de governança colaborativa e de práxis educativa. Nesse sentido, o PPEE se afirma como um processo formativo, dialógico e territorial, guiado pela participação e pela escuta freireana.

Nas escolas que acompanhei, vi nascer práticas que unem teoria e vida: rodas de conversa, projetos interdisciplinares, oficinas ambientais e ações de protagonismo. Gestores, professores e estudantes aprenderam que trabalhar a temática da mineração e da revitalização do Rio Doce não é apenas falar de um desastre, mas de uma possibilidade de reconstrução e amor ao território. Em cada encontro, ecoava a certeza freireana de que “educar é um ato de amor e de coragem” (Freire, 1996).

Amor que se traduz em responsabilidade coletiva; coragem que se expressa na recusa à indiferença.

Ao longo desse percurso, compreendi que a temática da mineração e dos desastres socioambientais é urgente e necessária não apenas nas áreas atingidas, mas em todas as regiões do país, como exercício de prevenção, solidariedade e cuidado com o meio ambiente. Não precisamos sentir na pele para buscar conhecer, aprender e nos organizarmos. Levantar essa questão é uma forma de provocar a educação e a gestão pública sobre o sentido do desenvolvimento e da reparação. A educação, quando comprometida com a vida, precisa antecipar os riscos, questionar os modelos de desenvolvimento e formar sujeitos capazes de intervir criticamente na realidade.

Como educadores e gestores, somos convocados a repensar o currículo e o papel social da escola. A inclusão dessa temática nos PPPs é um ato político e pedagógico, uma escolha ética por uma educação contextualizada e comprometida com a sustentabilidade. Carvalho (2008) defende que a educação ambiental crítica precisa articular ética, política e cidadania, reconhecendo os sujeitos como protagonistas de sua própria história. Isso significa compreender o território como espaço de aprendizado e resistência, onde o saber popular se entrelaça ao conhecimento científico e se transforma em ação emancipatória.

A experiência com os PPEEs também revelou que a escola pode ser um espaço de governança colaborativa, onde o diálogo entre educadores, gestores, estudantes e comunidade se transforme em prática concreta. Essa forma de gestão compartilhada aproxima-se do que Freire (2005) chama de ação–reflexão–ação, movimento em que o conhecimento se constrói na interação entre o vivido e o pensado. Assim, a administração pública e a gestão escolar se fortalecem quando se abrem à participação democrática, pois, como afirma Arroyo (2009), as escolas podem ser entendidas como espaços onde o novo emerge das resistências e das experiências das margens. O desafio que se impõe é transformar os PPPs em instrumentos vivos de esperança. Que neles estejam os rios e suas margens, os rostos das comunidades atingidas, os sonhos dos estudantes e o compromisso de cada educador com a justiça socioambiental. É urgente reconstruir não apenas os espaços físicos, mas também os vínculos éticos e afetivos que sustentam a vida coletiva. O cuidado com a Terra e com o outro deve ser compreendido como ato

político, educativo e de governança colaborativa, que começa no chão da escola e se espalha pelo território.

Finalizo esta carta como convite ao diálogo: que este texto não encerre uma reflexão, mas a inaugure. Que cada educador e gestor ao lê-lo sinta-se convidado a semear novas experiências e novas escritas, comprometidas com o bem comum. Que o legado freireano continue nos inspirando a exercitar a amorosidade e o rigor, a sensibilidade e o compromisso. Que possamos, juntos, fortalecer uma governança colaborativa educativa, que una a administração pública, a pedagogia e o compromisso ético com a transformação do território.

Que cada escola se reconheça como um rio, com correntezas, margens e tempos que se encontram e se refazem. Que o Rio Doce, símbolo de tantas dores, mas também de tantas resistências, nos lembre que a educação é a mais profunda forma de reparação. Como lembra Freire (2000), a construção do inédito viável exige unir sonho e ação orientados por indignação ética e ternura pedagógica. E, por fim, convoco cada educador, cada gestora e gestor público a unir forças nesta caminhada coletiva, reafirmando o compromisso com a memória, a justiça e a esperança. Que assumamos, de forma decidida e corajosa a responsabilidade de instituir a temática da mineração, do rompimento de barragens e da revitalização dos rios e territórios nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e nas políticas públicas. Que nossas vozes e ações ecoem como o próprio Rio Doce (firmes, persistentes e lutando para se manter vivas) para que nenhuma comunidade precise mais aprender pela dor o que poderíamos ensinar pela esperança.

Com esperança e compromisso,

Fernanda Góis de Brito
Socióloga e Educadora

Jacks Richard de Paulo
Geógrafo e Educador

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Governança colaborativa. Mineração. Justiça Socioambiental.

Referências:

ANSELL, Chris; GASH, Alison. **Collaborative Governance in Theory and Practice**. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 18, n. 4, p. 543–571, 2007.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Escola: território do inédito**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 59. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.